

Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do Mo-
vimento Democrático Brasileiro, realizada em 25 de abril de 1979

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os Senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Leajaro Barbosa, Fernando Coelho, Mauro Benavides, Freitas Nobre, Roberto Saturnino, Joel Ferreira, Paulo Grossard e Jairo Brienn. Havendo número legal, o Sr. Presidente informa os motivos da reunião, os quais se prendem à participação dos líderes do MDB no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, à prestação de contas do Fundo Partidário; à criação de Comissões de Reformas e o pedido de filiação do Senador Testônio Vilela. Explica que, inicialmente a Comissão Executiva iria apreciar a participação ou não dos líderes do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal na reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a se realizar no próximo dia nove (9) de maio. Esclarece que o Diretório Nacional decidiu, em reunião de 25 de janeiro de 1972, que o Partido não participaria daquelas reuniões enquanto subsistirem as modificações que impedem o desempenho das finalidades do Conselho e que somente o Diretório Nacional poderá revogar tal medida. Explica que teve contatos com o Presidente da ABI, da OAB e outros, onde o Partido pleiteia a modificação da estrutura daquele conselho e a transformação das reuniões em públicas. Colocado o assunto a debates, usaram da palavra os Senhores Freitas Nobre, Paulo Grossard, Leajaro Barbosa, Joel Ferreira, Roberto Saturnino, os finais

se mostrarem favoráveis à participação do MDB no referendo do Dissolvido Nacional, pois somente por sua ausência, poderá fazer as reivindicações partidárias. O Deputado Fernando Coelho é contrário à participação e não vê razão que a justifique. Não acha uma atitude conveniente. O Sr. Presidente diz que antes de se tomar quaisquer decisões sobre que o Partido poderá manter contato com dirigentes arenistas e auscultar a Bancada do MDB para depois submeter o assunto à Comissão Executiva - o que foi acompanhado pelos presentes. A seguir, o Senhor Mauro Benedito, Tesoureiro do Partido, submeteu a prestação de Contas do Fundo Partidário que, colocada a voto, foi aprovada por unanimidade, consignando um voto de louvor ao Tesoureiro do Partido. O Senhor Presidente dá conhecimento das Comissões de Reforma da Constituição, de Reforma Eleitoral e de Reforma da Legislação do Trabalho, submetendo as seguintes composições: Comissão de Reforma da Constituição que assegura a independência dos Poderes Legislativo e Judiciário, Senadores: Tancredo Neves, Pedro Simon, Nelson Carneiro, Marco Frezza, e Teotônio Vilela. Deputados: Marcelo Cerqueira, Fernando Coelho, Rosa Flores, Samir Aboia, Marcandis Gadelhin - Drs. Rafael de Almeida Magalhães, Waldir Pires e Josafá Marinho. Comissão de Reforma Eleitoral. Senadores: Paulo Brossard, Mauro Benedito, Humberto Lucena, e Jairo Barreto. Deputados: Freitas Nobre, Lido Viro Fauton, Figueiredo Correia, José Costa e José Carmo. Comissão para Reforma da Legislação do Trabalho inclusive Sindical. Senadores: Roberto Saturnino, Henrique Santilo, Gilvan Rocha, Franco Montoro. Deputados: Alceu Collares, Marcelo Cor-

deão, Audálio Dantas, Benedito Marcilio, Alberto Gó-
man, Cristina Tavares, Edgard Amorim, Felipe Ro-
na, Des.: Olávio Caruso da Rocha (RS), Fernando
Henrique Cardoso (SP), Almino Afonso (SP). A Comis-
são Executiva aprovou por unanimidade a filiação
partidária do Sr. Teófilo Brandão Vilela. Título
de Eleitor nº 3972, da 5ª zona Eleitoral. 15ª Se-
ção, Vicoso, Alagoas. Nada mais havendo
a tratar, foi encerrada a reunião. E, para const-
tar, foi lavrada a presente ata que assinam o
Presidente e o Secretário-geral.

Luiz Bezerra

Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do
Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 08
de maio de 1979.

Aos oito dias do mês de maio de mil nove-
centos e setenta e nove, às dezessete horas, no ga-
binete da Presidência do Partido, reuniu-se a
Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento
Democrático Brasileiro, presentes os Senhores: Ulysses
Guimarães - Presidente, Ruy Leão, Walber Guimaraes,
Paulo Brassard, Lázaro Barbosa, Aldo Fa-
varetto, Mauro Benevides, Freitas Nobre, Joel Ferreira,
Fernando Coelho, Henrique Alves, Roberto Saturnino e
Tarciso Neves. Inicialmente, o Sr. Presidente
faz um relato do Processo do Rio Grande do Norte,
onde se acha envolvido o Deputado Henrique Alves,
tendo o Conselho de Ética se pronunciado pela pena
de advertência ao Deputado. Informa que tem rece-
bido muitas censuras por não haver comunicado a
Comissão Executiva, para reunir o Diretório Nacional
e se assim proceder, foi por não estar presente o De-
putado Henrique Alves, que se encontrava fora do país,
em viagem de núpcias. Passa, a seguir, a palavra ao
1º Secretário - Senador Lázaro Barbosa - que lê tele-
grama do Deputado Thales Ramalho, de Nova York, so-
licitando o adiamento da reunião do Diretório Nacional
uma vez que faz questão de comparecer à mesma, a
fim de prestar depoimento em favor do acusado. Da co-
nhecimento, ainda, de um requerimento subscrito por
vinte e cinco parlamentares que pedem o arquivamento
da convocação do Diretório Nacional do Partido, para
exame e julgamento do processo referente ao Deputa-
do Henrique Alves, até a volta dos Estados Unidos do

do Secretário-geral, Deputado Thales Rivalto, interessado no assunto pertinente à sua região, a seus companheiros e que detém, seu envolvimento como parte, o maior número de informações sobre a matéria. O Sr. Presidente cobra o assunto em discussão na Comissão Executiva. Fala, inicialmente, o Deputado Henrique Albu, dizendo estar o processo totalmente julgado, e que o Diretório Nacional não poderá apreciar o mesmo sem antes passar pelo Diretório Regional. Pede, ainda, que se aguarde o regresso do Deputado Tobias Ravalho, que é uma das testemunhas, como o é também o Presidente Ulysses Guimarães, por conhecerem as pessoas envolvidas. O Sr. Presidente esclarece que originou o processo de representações integridade do processo e que, na forma da lei, encaminhou o assunto ao Conselho Nacional de Ética para posteriormente, designar o Relator para o Diretório Nacional. Designou como Relator no Diretório Nacional o Deputado Walber Guimarães. A competência do Diretório Nacional seria recursal e não originária se prevalecesse o entendimento da competência inicial do Diretório Regional do Rio Grande do Norte. O Senador Paulo Brossard enfatiza que como se trata de Deputado Federal, a competência é do Diretório Nacional, lendo o artigo 41, letras a e g do Estatuto, onde a competência é expressa. Entende que o assunto deve ser apreciado o mais breve possível, pois do contrário prejudica a todos. O Deputado Freitas Nobre diz ter recebido críticas dos companheiros pela não convocação do Diretório Nacional. Não vê como adiar a reunião e, por outro lado, não crê criar dificuldades à defesa do acusado. O Deputado Joel Ferreira acha que

a saída seria marcar a reunião para grande di-
gada do Deputado Thales Ramalho. O Senador Tancredo
Neres diz pelo alto aprego que merece o Deputado
Thales Ramalho atender de pronto a sua solicitação,
sugerindo a data de 20 de junho para a reunião
do Diretório Nacional, época em que já estará de
volta o Secretário-geral. O Senador Roberto Setu-
mino fala que, não obstante o aprego que tem
pel. Deputado Thales Ramalho e as alegações do
Deputado Henrique Alves, têm sentido o mal-estar
da Bancada no Senado Federal, o que tem
colocado o líder em situação difícil. Poderia
que se sente no dever de acompanhar a co-
ragem do Líder Paulo Bressard, com a con-
vicação imediata do Diretório Nacional, mesen-
sando esta convocação como preliminar. O De-
putado Freitas Nobre não está de acordo com a
data, pois não vai dar boa repercussão. Acata a
convocação do Diretório Nacional como preliminar.
O Deputado Henrique Alves diz que sob o aspecto
jurídico a convocação imediata, mesmo como
preliminar, deixa claro o cerceamento de defesa
que apesar das pressões sofridas pelos lideranças
há uma defesa importante que está ausente. O
Deputado Walber Guimarães lê o artigo 37, letra
i dos Estatutos e pede vista do Processo. O Sr.
Presidente não vê como negar, submetendo à Comis-
são Executiva o pedido, o que foi aprovado
por unanimidade. O Sr. Presidente com isso
convoca a Comissão Executiva para a próxima
terça-feira, dia 15, às 17 horas, esclarecendo
que a vista do processo será geral. O Senador
Paulo Bressard fala sobre a reunião do Conselho

de defesa dos direitos da Pessoa Humana e que a
tentativa da oposição de obter a reformulação daque-
le Conselho se tornou inoperante, embora não im-
vide que o sigilo seja levantado, por ser evidente
que a maioria concorda. O Deputado Freitas Nobre
esclarece que o Senador Petronio Portella - Presi-
de do CDDPH disse que o sigilo permanecerá,
que a estrutura continuaria a mesma e que as
investigações seriam desta data em diante. Acha
que, em vista disso, não existindo fato novo rele-
vante e sem um exame do Diretório Nacional
há o que fazer para que os líderes compareçam à
reunião de amanhã. A comissão Executiva de-
cidirá por unanimidade, continuar corrente do
CDDPH, não participando da reunião do dia 9 de
corrente, visto que o sigilo das reuniões e a com-
posição do Conselho predominam pessoas vinculadas
ao governo. O Senador Leite Chaves, presente à reu-
nião, em nome dos estudantes, defendeu a parti-
cipação dos líderes no Conselho, como forma de
sensibilizar os integrantes do órgão para a edita da
Organização da UNE. O Sr. Presidente diz que con-
versou com o Presidente Seabra Fagundes e com
o Professor Barbosa Lima Sobrinho - membros
do Conselho e que estes iriam insistir para que
as reuniões fossem públicas. O Deputado H-
do Fagundes fala dos mandatos municipais e diz
que a prorrogação daqueles mandatos é o primeiro
passo para a manutenção das eleições indiretas com
a montagem dos colégios eleitorais. Acha que o
Partido deve protestar com renúncia. O Sr. Pre-
sidente mostra que sua preocupação diante dos fa-
tos é que a prorrogação será um passo, como disse

O Deputado Aldo Fagundes, para a manutenção dos Colegios Eleitorais e a dissolução dos Partidos Tem, no entanto, adotado uma estratégia de não acuar nas informações, por não serem oficiais. O Senador Paulo Grossard fala que a Imprensa tem criticado a oposição, dizendo que está tímida perante, o que é uma imbecilidade. O Governo tem tentado esmagar a oposição e, com isso, os representantes do governo defendem o voto distrital. Acha que as Bancadas e a Comissão Executiva devem fazer pronunciamentos enérgicos em defesa dos nossos princípios. O Deputado Freitas Nobre dá conhecimento de que o Deputado Jorge Araújo Jorge requer uma Sessão Secreta da Câmara dos Deputados, a fim de ouvir o Ministro Deffine Neto sobre o Relatório Saravia, acrescentando que será negado mas que a convocação poderá ser feita através de novo requerimento subscrito por 140 parlamentares. Nada mais havendo a Tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário -

Stênio Luchini

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacio-
nal do Movimento Democrático Brasileiro, realizada
em 15 de maio de 1979.

Dos quinze dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Lázaro Barbosa, Mauro Benevides, Fernando Collor, Walber Guimarães, Peiroto Filho, Joel Ferreira, Henrique Alves, Freitas Nobre, Ruy Lima, Cármino Neves, Antônio Pontes, Paulo Brossard e Roberto Saturnino. O Sr. Presidente explica os motivos da reunião que se prendem a medidas disciplinares envolvendo o Diretório Regional do Rio Grande do Norte e o Deputado Federal Henrique Eduardo Alves. Em seguida, dá a palavra ao Deputado Walber Guimarães - Relator do Processo, que pedira vista e dado o seu parecer. Enumera, primeiramente, as peças processuais e, a seguir, conduzi pelo arguimento do mesmo. As razões aduzidas pelo Deputado Walber Guimarães por decisão do Presidente passam a instruir o processo. O Sr. Presidente esclarece que, quanto ao processamento, a Presidência ouviu, inicialmente, o Conselho Nacional de Ética que conduziu pela pena de advertência e, em seguida, convocou a Comissão Executiva para decidir sobre a convocação do Diretório Nacional. Quanto ao prazo este não corre durante o recesso e, mesmo se decorrido o prazo, não havendo sanção, não ins-

placaria em nulidade. Isso só ocorre quando se trata de Recurso. Entende que o Conselho de Ética de forma alguma encerra o direito de defesa. Daí a par-
teira ao Senador Paulo Brossard que defende a con-
vocaçāo do Diretório Nacional imediatamente, pois do
contrário trans' repercussão seríssima para a vida po-
lítica. Que a competência para julgar é exclusi-
vamente do Diretório Nacional. A natureza do fato
independe da investidura da pessoa. Decorre dos
princípios, pois há norma expressa, citando o artigo
41, letra g, dos Estatutos. Quanto ao prazo assina-
do ao Conselho de Ética é meramente dispositivo e
a nulidade é inconcebível e o arquivamento alta-
mente grave. O Deputado Peiroto Filho fala dos
antecedentes, citando o caso do Rio de Janeiro, quan-
do das eleições indiretas, onde o Tribunal do
Estado resolveu contrariamente as decisões da Direção
Nacional do Partido. Diz ser o assunto normativo
do Diretório Regional enaltecendo o Deputado Henrique
Alves. Vota com o Relator, pelo arquivamento. O Sena-
dor Roberto Saturnino diz que o assunto deve ser
apreciado pelo Diretório Nacional e que o argu-
mento do Deputado Peiroto Filho veio reforçar mais
ainda o seu ponto de vista, uma vez que quando
das eleições indiretas, o Diretório Nacional se pro-
nunciou sobre o assunto. Que os argumentos
oferecidos pelo Senador Paulo Brossard o con-
vencem pois as omissões sempre deixam mal o
partido. O Deputado Peiroto Filho alega que
tanto o Senador Roberto Saturnino como o Se-
nador Paulo Brossard não devem votar por se-
rem autores da Representação. O Sr. Presidente
não aceita a preliminar, citando como exemplo as

EPIS, que solicitadas pelo Partido, este delas participa - que os companheiros estão no exercício de seus direitos, bem como o Deputado Henrique Eduardo Alves. O Deputado Freitas Nobre esclarece que há um argumento novo, citando o artigo 41, letra g, dos Estatutos, dizendo que o Diretório Regional não poderá exercer ação disciplinar em relação a membros do Diretório Nacional. O Senador Hágan Barbosa acompanha o Deputado Freitas Nobre, lembrando do Relator, pois o fato envolve um membro do Diretório Nacional e não vê como fugir a essa competência. Afirma, no entanto, que por ocasião da votação vai se abster de votar. O Deputado Fernando Coelho lembra que a organização partidária é federativa e que quando a competência originária é do Diretório Regional, essa instância não pode ser eliminada, como é o caso, no que diz respeito à ação disciplinar contra o Deputado Henrique Eduardo Alves. Quanto à intervenção, a competência originária é inequívoca do Diretório Nacional. Sua proposta é de que quanto à punição ao Deputado Henrique Eduardo Alves seja submetida inicialmente ao Diretório Regional do Rio Grande do Norte. Também deverá se pronunciar, como ordena a lei, quanto à intervenção no prazo estipulado, para efeito exclusivo de se defender, pois a decisão originária é do Diretório Nacional. O Senador Paulo Brossard abate que se requer duas providências: uma de expulsão e outra de intervenção. Que ambas as medidas, no caso, competem ao Diretório Nacional. O Senador Ezequiel Neves esclarece que são duas postulações: Na matéria de intervenção - a com-

petência é do Diretório Nacional, não há dúvida. Mas na segunda - de expulsão - não pode haver julgamento, pois há dualidade de instância, e dessa dualidade não se pode abrir mão. É originária do Diretório Regional e somente recursal ao Diretório Nacional. Não se está entrando no mérito da intervenção. Quanto à expulsão cabe ao Diretório Regional. É fundamental ouvir aquele Órgão. Não se pode deixar de abrir prazo para defesa, pois o que consta do Processo é apenas um o'curso e não uma defesa. Não se pode sacrificar a defesa. Richa que é um aspecto político e que duas formalidades devem ser observadas - a necessidade da decisão do Diretório Regional quanto à expulsão e a defesa do acusado, como dita a lei. O Senador Paulo Brossard defende que se deve abrir imediatamente o prazo para defesa. O Sr. Presidente, em termos de votação, esclarece que existem três opções: 1º - Remeter o assunto ao Diretório Nacional, com a sua convocação imediata; 2º - a proposta Walber Guimarães propondo arquivamento, sendo a decisão da Comissão Executiva; 3º - a proposta pelo Deputado Fernando Coelho de que: a) o pedido de punição do Deputado Henrique Eduardo Alves seja encaminhado ao Diretório Regional, competente para processá-lo originariamente; b) no pedido de intervenção, da competência originária do Diretório Nacional, seja aberto prazo Diretório Regional, para oferecimento de defesa. O Sr. Presidente coloca a votos a preferência para proposta do Deputado Fernando Coelho, sendo aprovada. Posto a votos a proposta do Deputado Fernando Coelho, esclarece que, quem votar "sim" é a aprovar - e "não" - a recusar. Se a proposta

não for vencedora, colocará a seguir a votos a convocação do Diretório Nacional. Os Senadores Paulo Brissard, Roberto Saturnino, Nuno Benevides, Lázaro Bonferruti e o Deputado Freitas Nobre votam pela convocação imediata do Diretório Nacional, mas com prazo aberto para defesa. Os Deputados Walber Guimarães, Joel Ferreira, Ruy Lino, Fernando Coelho e o Senador Benedito Neves votam pela proposta Fernando Coelho, assim como o Deputado Henrique Eduardo Alves. O Sr. Presidente proclama o resultado. Foi aprovada a proposta Fernando Coelho. Continuando, o Sr. Presidente apresenta a solicitação do Deputado Elguisson Soares, no sentido de designar uma comissão, a fim de participar, em Salvador, de uma convocação da UNE. Declara que o Partido tem liberado seus membros de participações semelhantes, sem oficialização dessa participação. Essa norma foi aprovada. Nada mais havendo, a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-Geral.

Fernando Coelho

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 24 de maio de 1979.

Dois vinte e quatro dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, no Salão de Receções da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os Srs. Ulysses Guimarães - Presidente, Lázaro Barbosa, Freitas Nobre, Aldo Fagundes, Joel Ferreira, Walber Guimarães, Mauro Benevides, Fernando Coelho, Roberto Saturnino. Havendo número legal, o Sr. Presidente submete à consideração dos presentes os pedidos de filiação partidária - dos doutores FRANCISCO DAS CHAGAS CALDAS RODRIGUES, Título Eleitoral nº 45.676, da 3ª Zona Eleitoral, 116ª Seção, Parnaíba, Piauí e ALMIRMO MONTEIRO ALVARES AFONSO, Título Eleitoral nº 525.521, da 5ª Zona Eleitoral, 77ª Seção, São Paulo - S.P. Estando os referidos pedidos devidamente formalizados, nos termos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e dos Estatutos partidários, o Sr. Presidente coloca o assunto a votos, o que foi aprovado por unanimidade. Falaram, na ocasião, o Presidente Ulysses Guimarães, o líder Freitas Nobre, o D.º Almino Afonso e o D.º Chagas Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que as- sinam o Presidente e o Secretário.

F. Coelho

Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 27 de maio de 1960.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e nove, às dezesseis horas, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os Senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Lúcio Barboza, Walber Guimarães, Roberto Saturnino, Tancredino Almeida, Aldo Fagundes, Fernando Lyra (Líder) e Joel Ferreira. A finalidade da reunião é a de apreciar o Relatório da Comissão nomeada para oferecer sugestões sobre legislação sindical e Trabalhista. O Sr. Presidente, após explicação das razões, dá a palavra ao Senador Roberto Saturnino, Presidente da referida Comissão, que expõe as considerações que foram tomadas, esclarecendo que elaborou um documento básico, para ser apresentado no Congresso Nacional, no qual solicita às lideranças sindicais subsídios. Intende que a Comissão Executiva se manifeste através de uma carta à Imprensa, pois é um convite ao debate pelas comunidades de base. Solicita ainda autorização para que seja impresso pelos Serviços Gráficos do Senado Federal o referido documento básico. O Sr. Presidente coloca a questão a votos, explicando que o que se vai votar é: - 1º A nota da Comissão Executiva sobre o documento apresentado; 2º - A autorização para que esse documento seja impresso através do Partido. Foram aprovadas, por unanimidade, as propostas apresentadas. O Sr. Presidente, fala, a seguir, sobre a proposta extinção dos Partidos, esclarecendo que tem sempre se manifestado contrariamente e frisando que o menor não tem caráter oficial. Está recolhendo material para que o Partido possa fazer um pronunciamento a respeito. Tem feito sondagens em diversos setores, in-

clusão dentro da esfera governamental e que muitos
lideranças da Arena têm-se manifestado contrariamente à
extinção. Enfatiza que o Partido precisa esgotar toda sua
energia pois é nosso dever. Tenc alguns do discurso fo-
rnuado, hoje, pelo Líder do MDB no Senado Federal
Senador Paulo Bressane, com grande eficácia. O Se-
nador Lázaro Barbosa fala na Reunião da Direção
Regional de Goiânia, com a finalidade de uniformizar
a opinião do Partido. Nessa reunião foi aprovada uma
concentração em Goiânia em favor das eleições diretas
pela constituinte e contra a extinção do MDB. Diz
que essa concentração terá o apoio do Fúfeto daquela ci-
dade. Afirma para que a Direção Nacional compareça
à concentração juntamente com outros líderes. Escla-
rece que a concentração deverá se realizar o mais
rápido possível, sugerindo para a próxima semana.
O Sr. Presidente, assim como os demais membros
apoiam a medida e estão prontos a comparecer ao
encontro, que será de grande importância e, repe-
tusos para a defesa do MDB. Nada mais havendo
a tratar, foi encerrada a reunião. E, para cons-
ta, foi lavrada a presente ata que assinam o
Presidente e o Secretário Geral.

Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 13 de junho de 1939.

Aos traze dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e nove, às nove horas da noite, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniram-se a Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes: Ulysses Guimarães, - Presidente, Luizão Barboza, Fernando Costa, Antonio Pontes, Rectoro Filho, Tito Nêvo, Freitas Nobre e José Ferreira. Os assuntos reunidos são: primeiramente, para a discussão da extinção dos partidos. O MDB elaborou um documento anônimo protestando sobre essa proposta de violência. O segundo assunto é sobre a proposta dos mandatos partidários. O Sr. Presidente comenta a conveniência da realização da reunião do Diretório Nacional para o próximo dia 27 de junho, para discutir sobre os dados das Convenções Municipais, Estaduais e Nacionais. Diz ser contrário a prerrogativas dos mandatos, assim como da extinção dos Partidos. E que os assuntos devem ser tratados na pauta da reunião do dia 27 próximo. Entende que a fixação das Convenções deve ser o primeiro a ser decidido, seguindo-se a discussão sobre medidas quanto à extinção dos Partidos. Senador Bázaro Barboza comenta sobre a atuação da Bancada no Senado Federal, quando foi adotada a dilatação dos prazos. O Sr. Presidente lamenta que alguns companheiros argumentam com fatalidade da dissolução, o que enfraquece o Partido. Enfatiza que o Partido deve protestar até o fim, com

1/

veamência, pois do contrário haverá a descrença popular.
O Deputado Fátima Nobre refere a opinião do Sr. Presidente di-
zendo ser um problema moral importantíssimo. E' fero-
cível a que as Convenções Municipais sejam convocadas.
Mantém seu ponto de vista e vai votando, assim como
o Sr. Presidente, na extinção do PSD. O Deputado Fernando
Coelho acha que a situação das datas das Convenções defen-
dida por alguns companheiros complica os conflitos in-
ternos. O Deputado António Fontes diz que o Partido
não pode se autodestruir por questões de moral. Posto
em votação, por unanimidade foi decidida a convocação
do Directório Nacional para o dia 27 do corrente. O Sr. Pre-
sidente esclarece que essa convocação do Directório Nacio-
nal também decorre da resolução adoptada anteriormente,
subscrito por mais da metade dos deputados federais, nos ter-
mos do art. 23 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Foi ap-
rovada a redacção do Edital de convocação do Directório Nacional
para se reunir no próximo dia 27, às nove e horas, no Auditó-
rio do Senado Federal, Anexo II-B, com a seguinte ordem
do dia: I - fixar as datas das Convenções Municipais Regionais
e Nacional, dos delegados e respectivos suplentes, nos termos do art.
23 da Lei 6-656, de 07.06.1979, combinado com os artigos 24, 25, 30,
39 e 41, letras a e h do Estatuto. II - Decidir quanto à ordem de
extinção do Partido; III - Assuntos de interesse partidário - o que
foi aprovado por unanimidade. Em seguida, começou uma reunião da Co-
missão Executiva Nacional para a próxima quarta-feira, dia 20, às 12 horas.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi
aprovada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretario-geral.

Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido Democrático Brasileiro, realizada em 5 de setembro de 1979.

Em cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e nove, presentes os senhores: Moraes Guimarães - Presidente, Thales Ramalho - Secretário Geral, Fernando Alves, Manoel Benedito, Lázaro Barbosa, Roldão Filho, Walter Guimarães, Fernando Coelho, Jairo Guim, Henrique Eduardo de Aguiar, Joel Ferreira, Ray Lino e o Líder Freitas Neto, no gabinete do Presidente do Partido, realizou-se, às 12 horas da manhã, a Comissão Executiva Nacional. Interrompida a sessão dos trabalhos, o Deputado J. G. de Araújo Jorge, em consulta ao Presidente do Partido, que não seja membro da Comissão, pode assistir aos trabalhos. Admitida a participação, lê-se o documento anterior, encaminhado por ele à Comissão, relativo ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Chagas Freitas. Segue a exposição de fatos relativos ao assunto e são formulados dois requerimentos encaminhados à Comissão desde novembro de 1978, a fim de que a Comissão continuasse possa ter mais elementos para tomar decisão. O Sr. Presidente diz que o pedido de Sr. Araújo será atendido e mandará anexar ao seu requerimento novo documento encaminhado por 19 deputados do Estado do Rio de Janeiro que as reuniões da Executiva são reservadas, desde que o Partido existe. É presente unanimemente destina-se a tomar conhecimento de assunto objeto do documento subscrito por 100 Parlamentares entre Senadores e Deputados, objetivando: 1) Intervenção e dissolução do Diretório Regional do MDB no Estado do Rio de Janeiro; 2) expulsão do Governador Chagas Freitas das fileiras do Partido. Dito documento é encabeçado pelo Sr. Edson Khair. O Sr. Secretário Geral

Deputado Thales Ramalho, passa a ler o documento. Cui-
dos termos ali contidos, o Sr. Presidente lembra aos presentes
que a legislação aplicável no caso é a Lei nº 1.350, de 1967, em vigor,
que nenhuma medida disciplinar se aplica sem o parecer
do Conselho de Ética. A Comissão tem competência de decidir
para a palavra ao Senador Sérgio Buarque de Gusmão, que indaga
se a Comissão Executiva de 1967 ou não recebeu o refe-
rido documento. E se o representante representasse de
respeito da Comissão aos seus assentamentos do Requerimento.
O Deputado Sérgio Filho diz que o Sr. Buarque não
não é membro do Diretório. E assim, o documento do
Deputado J. J. de Faria é de natureza promissória. Quanto ao
documento em debate, nasceu em época da greve de pro-
fessores do RJ, visa mais a promoção dos oito deputados
postulantes, com linha ideológica diversa dos ideais do
Partido. Quanto à dissolução do Diretório, não há no re-
querimento apresentado nem se fala quanto quer o justifi-
que. Opina pelo não recebimento da Representação por falta de provas
além das pessoais resultantes de ataques e de intrigas
políticas. O Senador Tancredi Neves diz que o documento
tem dois objetivos: quanto à expulsão, a Comissão
não tem competência para decidir, sendo a petição
incompetente. Opina pelo respeito à autonomia
na autonomia dos Diretórios, devendo o processo
ser encaminhado ao Diretório onde o acusado é eleito.
Quanto à intervenção no Diretório, o documento só
apresenta meras alegações sem fatos concretos que
justifiquem o pedido. A solução seria a Executiva
receber a Representação, em respeito aos demais parla-
mentares que a subscrivem e encaminhá-la ao Con-
selho Regional de Ética, para examinar o assunto.
O Deputado Fernando Coelho propõe que, no caso da
expulsão seja a matéria remetida ao Conselho de

Ética Nacional, dizendo este também que a
dissiminação. Quanto à proposta da Comissão
Executiva é incompetente para decidir do assunto
pois é instância recursal. O Sr. Deputado João
Valber Guimarães acompanhando o parecer do
Sr. Fernando Coelho. Pondera o Sr. Presidente que a
proposta foi encaminhada para decisão da Comissão
Executiva Nacional. Após os debates foi posto
em votação, sendo aprovada por unanimidade, a
proposta do Sr. Deputado Fernando Coelho. Em
seguida o Sr. Presidente submete à consideração
da Comissão Executiva o projeto do Sr. Presidente
da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio
Lio e do Deputado Djelma Martins, no sentido de
o Partido designar Deputados para exercerem como
a Comissão que estudará a reforma do sistema
tutelar federal, no que também o Poder Legis-
lativo. O Deputado Freitas Nobre é de parecer
que o Partido pode liberar-se sem assumir a re-
ponsabilidade de um endosso a tais atos na
qual Comissão. O Deputado Fernando Coelho
faz ampliação dessa ideia em setores da Câmara
de aprovar a liberação, a tempo dos compromissos
podará facilitar a reforma do Poder Legislativo. Essa
atitude em nada diminuirá nossa posição de inter-
pela Constituinte. O Deputado João Valber indaga
se se trata de Comissão Especial e o Senador
Mauro Gencorais, se terá a participação de Sena-
dores. O Presidente responde que a Comissão Es-
pecial é só de Deputados. O Deputado Freitas
Filho registra documento da CAB lido em flou-
nário, no qual aquele órgão pede ao Congre-
so a alteração do artigo 57 da Constituição, para

devolver ao Legislativo suas prerrogativas. Foi assim
que se fez a liberação dos Deputados do MDB
submetida a votação foi aprovada por unanimidade
participação. O Deputado Tarciso Amadori é candidato
divisão da Executiva proposta pelo MDB, enquanto o
Deputado Walter de Lencastre é candidato a
uma Secretaria de Estado no Governo do Mato Grosso
do Sul. O Deputado exerceu o direito de voto,
implacavelmente desligando-se do Partido em questão
em infidelidade partidária em face da apresentação
constitucional liberalizadora. Em outras palavras no
caso, o MDB apenas está homologando o voto pessoal do
Secretário-Geral, ou o poder do Deputado. Foi aprovada a
sua pela aprovação do Conselho de Estado, em conforma-
ção do 45 do Estatuto. Foi aprovado o parecer supra, por
unanimidade. O Senador Tarciso Neves é eleito ao
MDB deveria ou não evocar a apresentação de Emenda
das Constitucionais propostas pelos Deputados Roberto
Freire e Tarciso Delgado. Isto em votação, foi
aprovado, sem contudo implicar endosso do MDB
às referidas Emendas. Quanto à Mensagem
do Governo propondo escalonamento salarial
dos funcionários, ficou decidido que o MDB apre-
sente um Substitutivo. O Senador Mauro
Garcia desafiou a proposta de sua autoria
rejeitada no Senado Federal, efectuando o
mesmo reajuste, lavrando seu projeto, podendo
integrar o Substitutivo do MDB. O Sr. Pre-
sidente pondera a Comissão Executiva que o Partido
será representado na 66ª Conferência Interpartida-
mentar, a reunir-se em Caracas, Venezuela,
neste mês de Setembro e que a oportuni-
dade não deverá ser perdida no sentido de que

essa Entidade internacional, em virtude da grave ameaça que por volta do fim da Operação no Brasil, de desestabilização do governo e de sua continuidade, contra o voto do Deputado João Goulart, a Comissão Executiva Brasileira pôde denunciar a ameaça. Quando foi denunciado e retegido esse último item da operação, se achava presente à reunião o General Américo Naves, que se ausentou, entretanto ignorando que a reunião seria sigilosa e secreta. E, para constar, foi a reunião presente esta que assinou o seguinte:

Secretário-geral:

Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do
Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 26
de Setembro de 1979.

As cinco horas da tarde de 26 de Setembro de 1979, os
membros e secretários reuniram-se no dia seguinte, no
auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, sob a
Presidência do Deputado Ulysses Guimarães, e o público
em geral, reuniu-se na Comissão Executiva do
Movimento Nacional do Movimento Democrático
Brasileiro, presentes os seguintes membros: Ulysses
Guimarães - Presidente, Teófilo Ruiz - Secretário
geral, Aldo Fagundes - Secretário de Organização, Manoel
Coelho - Manoel Berger, Paulo Roberto da
Cruz - Álvaro Pedro - Secretário de Comunicação, e
de Líder de Juvenção Nacional. Inicialmente, o Sr.
Presidente esclarece o motivo de reunião. Se
se prenderem à homenagem do Brasil, por ter
sido do ex-Governador Miguel Arraes, convidado
na ocasião, para fazer parte da Mesa do Sr. Miguel
Arraes e Manoel Berger, além do Senador Pedro
Un. Usaram da palavra, para homenagem e
habeas e Presidente Ulysses Guimarães que pre-
gou a unidade partidária e a dissolução do
MDB e dissolução. Teófilo Ruiz ao ex-Governador
Arraes dizendo ser uma homenagem que se exerce
sobretudo no setor social e popular. Defende
a amnistia irrestrita e a defesa da Constituição.
Diz que o Sr. Miguel Arraes tem bem-vindos ao
Partido da Liberdade, da Democracia e da Justiça
Social. O Deputado Freitas Nobre condenando
do pela unidade partidária. Que a legenda do
MDB foi construída com prisão, sangue, tor-

lutas, exílios, desaparecimentos, mortes e con-
dições. Diz que a existência do PT é uma ilu-
são seminares e de 2000. É a União que
cria e obriga um partido a ser um
partido. Enfatiza que a situação é
situação de anormalidade. O PT é o
Miguel Arraes, emagrecido, e a União
reunida de 1964. O PT é a Nacional Constituinte
para permitir a efetiva participação do povo nas de-
cisões e nas ações que modificam a face do País.
Crítica as medidas políticas e econômicas to-
madas pelo Governo posterior de 1964 e, em
especial, a reformulação pretérita. Falsa que
o MDB deve conduzir a bandeira da transi-
ção. O Deputado Emílio de Sá - RN, con-
ta a lenda que se presta a dívida honra-
vel ao filiado, contando todo o PT pro-
nal, o que foi feito. Após as formalidades
foi aprovada, por unanimidade, a filiação de
Miguel Arraes - Título nº 47.863, 5ª zona, 6ª se-
ção, Recife, Pernambuco. Nada mais há para
o tratar. Foi encerrada a sessão. E, por
constar, foi lavrada a ata e assinada
o Presidente e o Secretário-Geral.

Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro.

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e nove, às dezessis horas, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Thales Ramalho - secretário-geral, Freitas Nobre, Fernando Coelho, Joel Ferreira, Walber Guimarães, Mauro Benevides, Tancredo Neves e Gilvan Rocha. Inicialmente, o Sr. Presidente dá a palavra ao Senador Mauro Benevides que comunica a realização, pelo Diretório Municipal de Fortaleza, do I Curso de Orientação Política, presidido pelo prof Aguiar de Arreda, nos dias 20 e 21 de outubro próximo. A seguir, o Sr. Presidente submete à consideração dos presentes os nomes que deverão compor as Comissões Provisórias nos Estados do Piauí, Bahia, Alagoas, e nos Territórios do Amapá e Rondônia, as quais, nos termos do artigo 59 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, terão a finalidade de dirigir e convocar as Convenções Regionais. Esclarece que os nomes indicados foram feitos através do consenso das bases regionais, ficando, portanto, assim constituídas as Comissões: Piauí: Celso Barros (Presidente) Deoclécio Ferreira Dantas, Elyas Ximenes do Prado, João Mendes Nepomuceno Neto, Manoel Nogueira Filho, Oscar Neiva Eulálio, e Solon Correa de Aragão. Bahia: Waldir Pires (Presidente) Elguisson Soares, Francisco Pinto, May Ferreira, Joaquim Inácio Gomes, Nestor Duarte Neto, Archimedes Pedreira Franco, Alagoas: Djalma Ma-

ninho Muniz Falcão (Presidente) Reman Calheiros,
Pedro Marinho Muniz Falcão, Francisco Mello, He-
mínio Cardoso, João de Oliveira Fereira e José
Maria de Oliveira. Amapá: Benedito da Costa
Uchoa (Presidente), Raimundo Azevedo Costa, Geo-
to Gous de Almeida, Odivan dos Santos de Castro,
Alvaro Leal Bastos, Vanildo Cordeiro Pontes, Fran-
cisco Aurélio Lima Laranjeira, Rondônia: Jerô-
nimo Santana (Presidente), Frontin Raimundo
Cunha, Dionízio Schockniss, Edilson Oliveira,
Raimundo Souza Duarte, Harrison Alencar Dias,
Mário Braga. A Comissão Executiva aprovou,
por unanimidade, os nomes indicados para
as diversas Comissões Provisórias. O Deputado
Freitas Nobre lembra o caso do Deputado Walter de
Castro que, tendo acatado um cargo em uma das
Secretarias do Estado de Mato Grosso do Sul, soli-
citou desligamento do Partido, estando o processo no
Conselho Nacional de Ética. Em seguida, o Sr. Pre-
sidente dá conhecimento do pedido de filiação parti-
dária do Dr. D'Alembert Jorge Jaccond, título nº 18.563
1ª Zona Eleitoral, 4ª Seção, Brasília, DF. Após cum-
pridas as formalidades legais, foi a referida fi-
liação aprovada por unanimidade. O Sr. Pre-
sidente comenta sobre o Projeto de Reforma
Partidária que deverá ser encaminhado hoje ao
Congresso Nacional. Fala das gestões que tem
feito junto aos Presidentes da Câmara dos
Deputados e do Senado Federal e que,
conforme os entendimentos, serão realizadas
reuniões com os Presidentes das duas Casas
e com as Lideranças dos dois Partidos. Faz
severas críticas ao Projeto do Governo, não só

no que tange a organização dos novos Partidos como na extinção do Partido da Oposição. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-geral.

Assy - my -

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 30 de novembro de 1979.

Nos vinte dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e nove, os dezessete horas, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Thales Ramalho, Vázarso Barbosa, João Enam, Walter Guimarães, Joel Ferreira, Mauro Beneditos, João Gilberto, Max Mamede, Tarciso Neves, Teodoro Vilela, Narciso Fadeltra Freitas Nobre, Hamar Franco, Jonas Vasconcelos, Franco Moreno e Marcos Freire (na qualidade de líder do Senado Federal). Abre os trabalhos, o Sr. Presidente explica o motivo principal da reunião que se prende ao Projeto de Reforma Partidária. Coloca o assunto a debate, tendo usado da palavra os senhores Marcos Freire, Freitas Nobre, João Gilberto, Vázarso Barbosa, Tarciso Neves. Após os debates, a Comissão Executiva decidiu, por unanimidade, que o Partido votará

contra o Substituto do Governo ao Prefeto de
Relema Partidária; e contra, ainda, os arti-
gos 2º e 5º, do referido Projeto, que versam sobre
a extinção dos Partidos e sobre a Sublegenda,
respectivamente. Prosseguindo, o Sr. Presidente
expe o caso do Deputado Walter de Cabão que
solicitava seu desligamento do Partido, para
exercer um cargo na Secretaria de Saúde do
Mato Grosso, estando o Processo na Comissão
de Ética Nacional. Como o referido Deputado
foi afastado do cargo, voltou a ocupar o mun-
cípio. A Comissão Executiva, curados os seus
membros, considerou que o Sr. Deputado Wal-
ter de Cabão, por seu desejo, não pertence mais
aos quadros Partidários do M.D.B. Nada mais
havendo a tratar foi encerrada a reunião. E
para constar foi lavrada a presente ata que
assinam o Presidente e o Secretário Geral.

Walter de Cabão
João de Deus

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 29 de novembro de 1979.

Cus vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e nove, às onze horas da manhã, no Guarani da Filadélfia do Partido, reuniram-se a Comissão Executiva do Partido Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os Senhores: Ulisses Guimarães, Presidente, Jader Barbalho, Sérgio Boffeta, Antônio Vilela, João Gilberto, Manoel Gadelha, Fritzes Nobre, Alencar Turlade, José Ferreira, Franco Junior, Hammar Franco e Marcos Figueira (na ausência de Sider no Senado Federal). O Sr. Presidente anuncia que o motivo principal da reunião se prende ao Patrimônio do Partido, conforme convocação feita regularmente, com a indicação da pauta da mesma. Citei o artigo 9º da futura Lei de Extinção dos Partidos Políticos e o artigo 28, letra "f" do Estatuto do MDB e a Prática dos líderes Paulo Brustard, e Fritzes Nobre, unanimemente aprovada na última Convenção Nacional do MDB, realizada em 4 de novembro último, em que a Comissão Executiva foi expressamente autorizada a praticar todos e quaisquer atos e decisões na defesa e no interesse do Partido. Passa, a seguir, a palavra ao Senador Mauro Beneditos que faz um relato do acervo do Partido, constando da seguinte: BENS IMÓVEIS (no âmbito Nacional) - O 2º andar do Edifício Central - SCs - 6.1, Bl. I, Salas 201/208, nesta Capital, com 506 m² de área, ao preço de R\$ 300,00 o m², no valor total de R\$ 151.800,00.

O 2º andar do Edifício Praia, situada na Av. Alameda
Barroso 72, Rio de Janeiro, correspondendo
à fração de 18/234 do respectivo Terreno, na Fra-
guesia de São José - RJ - conforme escritura in-
vencida no 13º Ofício de Notas, Livro 101, em 1972,
no valor de Af 151.530,00 - Reavaliação efe-
tuada em 1974 no valor de Af 2.530.000,00.

BENS MÓVEIS (no âmbito Nacional) - 1 máquina
de Somar Olivetti e 1 Cape Marca Fiat no
valor de Af 1.738,00. Quanto ao Fundo Partida-
rio e Partido conta no momento aproximada-
mente com Af 700.000,00. Com a presença do
Deputado Freitas Nobre, que citou o artigo
9º da futura Lei de Extinção dos Partidos, re-
ferendo ao atual Presidente da Comissão Fre-
cultural Nacional a destinação do Patrimônio
do Partido. O Senador Francisco Morato sugere
que o Patrimônio fosse investido em uma
Instituição de Assuntos Políticos, com a parti-
cipação dos parlamentares nacionais do Partido,
com o que não concordaram os demais. O Sen-
ador Marcos Freire, o Deputado Freitas Nobre e o
Sr. Alencar Furtado propõem que o Patrimônio
seja destinado ao futuro Partido, que conte com
maior número de atuais parlamentares do Con-
gresso Nacional do MDB. O líder Freitas Nobre
esclarece que são duas as providências a to-
mar: primeira, quanto ao patrimônio de
propriedade e confiado à administração da
Direção Nacional do MDB, cuja destinação
futura será feita pelo Presidente. Ulysses Gu-
marães nos termos do art. 9º do projeto de Re-
forma Partidária foi aprovado pelo Congresso

Nacional; segunda, nos termos do §1º do cap. 1º,
do referido Projeto e delegando que o Presi-
dente do atual Diretorio Nacional poderá fazer
aos Presidentes dos Diretorios Regionais quanto
ao Patrimônio do Partido pertencente e admi-
nistrado pelos referidos Diretorios Regionais.
Apresenta a Comissão Executiva a seguinte
proposta: A Comissão Executiva do Diretorio
Nacional do Movimento Democrático Brasileiro
decide, que excedendo o âmbito do Partido, nos
termos e com os poderes devedores da delib-
eração unânime da Comissão Nacional reali-
zada em Brasília, nos dias 4 de novembro de
1979, o Presidente do Diretorio Nacional do
MDB, deputado Ulysses Guimarães, destinará o
patrimônio pertencente e administrado pelo
Diretorio Nacional ao Partido político que
for criado e que conte com o maior núme-
ro de atuais parlamentares eleitos sob a le-
genda do MDB e parlamentares no Congresso
Nacional. O Presidente Ulysses Guimarães
poderá delegar poderes aos Presidentes dos
Diretorios Regionais quanto ao patrimônio
do Partido pertencente aos referidos Diretorios.
Posta a votos, a proposta do Deputado Furtado
Neto foi unanimemente aprovada. O Senador
Sáizano Barbosa fala sobre o Comitê de Propa-
ganda para Presidente da República e a distri-
buição regular dada aos fundos citados. O
Sr. Presidente passa ao seguinte assunto que
diz respeito ao Recurso que o Partido inten-
ta impetrar junto ao STF. Esclarece que
conversou com o Dr. Dario de Almeida Nogueira

Shoas. Advogado do Partido - tinha esta se. nestas.
sem qualquer referência do S. 15. Portanto de
v. 2 a Comissão Executiva para dar uma polêmica
definitiva ao Advogado, adiantando, no entanto, em
aconselhamento a boa medida. O Senador
João Grossi, por designação do Senador Marcos
Freire, defende que se deve recorrer à Justi-
ça, no que foi acompanhado pelos Senadores
Framo, Marcos Freire e Mauro Benedito.
O Senador Teodoro Vilela diz que desde que foi
feita a mudança pelo Presidente do Partido a cria-
ção de um novo partido, isso iria enfraquecer a união
da ação e que a decisão da Comissão Executi-
va deve ser política. O Senador Framo Montez
argumenta que in ac judicium argumenta a
inconstitucionalidade da matéria não atingi-
ria qualquer resultado efetivo. No momento a
oposição foi esta empenhada na formação de um novo
partido. Esse recurso, denegado, só serviria para cometer
da mais essa violência. O Deputado Manoel de Góes
fala do aspecto político que deve presidir à deliberação.
Após os debates, foi aprovado o não encaminhamen-
to de Recurso à Justiça Federal, com os votos dos
Senadores Marcos Freire, Mauro Benedito e Framo.
Foi aprovada proposta apresentada pelo Senador Mauro
Benedito, Tesoureiro do Partido, no sentido que após a extinção
partido indenizará os que percebem remuneração pelos seus
serviços, correspondendo a um mês por ano de serviço pre-
stado ao MDB. A exemplo dos anos anteriores, foi assegura-
do pagamento do 13º salário. Nada mais havendo a tratar, foi enun-
ciada a reunião. E para constar, foi lavrada a presente ata que assi-
nam o Presidente e o Secretário Geral.

Luís Jun

João P. J.